



**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS
COMANDO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA**



MAYK PEREIRA FAGUNDES

**DIREITO PENAL MILITAR E SUA APLICABILIDADE NA ROTINA
OPERACIONAL DA POLÍCIA MILITAR**

GOIÂNIA-GO

2024

MAYK PEREIRA FAGUNDES

**DIREITO PENAL MILITAR E SUA APLICABILIDADE NA ROTINA
OPERACIONAL DA POLÍCIA MILITAR**

Artigo Científico apresentado como exigência para conclusão da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, sob a orientação do Prof. Esp. Jefferson dos Santos Paiva.

GOIÂNIA-GO

2024

DIREITO PENAL MILITAR E SUA APLICABILIDADE NA ROTINA OPERACIONAL DA POLÍCIA MILITAR

MILITARY CRIMINAL LAW AND ITS APPLICABILITY IN THE OPERATIONAL ROUTINE OF THE MILITARY POLICE

Mayk Pereira Fagundes¹
Jefferson dos Santos Paiva²

Resumo

Este estudo explora a aplicabilidade do Direito Penal Militar na rotina operacional da Polícia Militar de Goiás, focando na eficiência das operações de segurança pública e na observância dos direitos humanos. A metodologia adotada incluiu a análise documental, entrevistas com membros da Polícia Militar de diversas graduações e a aplicação de um questionário detalhado para avaliar percepções sobre o conhecimento, aplicação e impactos do Direito Penal Militar. Os resultados apontaram para um conhecimento variável das normas entre os profissionais, com a maioria reconhecendo a importância da legislação para a eficácia operacional e a promoção dos direitos humanos. Contudo, identificaram-se desafios, como a necessidade de atualização e treinamento contínuos, e a dificuldade de interpretação das normas. A pesquisa sugere a implementação de programas educacionais robustos e a atualização de práticas legais como estratégias para superar tais desafios, contribuindo assim para o fortalecimento da legalidade, ética e eficácia nas operações da Polícia Militar.

Palavras-chave: Direito Penal Militar; Segurança Pública; Polícia Militar de Goiás; Direitos Humanos; Eficiência Operacional.

Abstract

This study investigates the applicability of Military Penal Law in the operational routine of the Military Police of Goiás, focusing on the efficiency of public security operations and adherence to human rights. The methodology employed includes documentary analysis, interviews with members of the Military Police across various ranks, and a detailed questionnaire to assess perceptions regarding the knowledge, application, and impacts of Military Penal Law. Results revealed variable levels of normative knowledge among professionals, with the majority recognizing the importance of legislation for operational efficacy and the promotion of human rights. However, challenges were identified, such as the need for continuous updates and training, and difficulties in interpreting norms. The research suggests the implementation of comprehensive educational programs and updates to legal practices as strategies to overcome these challenges, thereby strengthening legality, ethics, and efficiency in Police operations.

Keywords: Military Penal Law; Public Security; Military Police of Goiás; Human Rights; Operational Efficiency.

¹Aluno do Curso de Formação de Praças – Mayk Pereira Fagundes 2ª Turma, Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, email: Telefone: (64) 9 9330-9921.

² 2º Sargento PM 31.849 Jefferson dos Santos Paiva, Gestor em Segurança Pública pela Universidade Estadual de Goiás - UEG; Bacharel em Direito pelo Centro Universitário de Goiás - UniAnhanguera; Bacharel em Teologia pela Universidade Cesumar - UniCesumar; Especialista em Direito Penal pela Universidade Federal de Goiás - UFG; e-mail: paiva.penal@gmail.com; Endereço para acessar este CV: <https://lattes.cnpq.br/4081647126698518.>;

1 INTRODUÇÃO

A segurança pública é um pilar fundamental para a estabilidade e o bem-estar social, e a Polícia Militar desempenha um papel crucial nesse contexto, especialmente no estado de Goiás. O Direito Penal Militar, com suas especificidades e diretrizes, orienta a conduta e as operações desta instituição. Contudo, a aplicação prática dessas normas no dia a dia operacional da Polícia Militar de Goiás levanta questionamentos significativos acerca de sua eficácia e alinhamento com os direitos humanos e princípios éticos. Este trabalho de conclusão de curso (TCC) se propõe a investigar como o Direito é implementado nas rotinas operacionais da Polícia Militar de Goiás e a avaliar os impactos dessa aplicação na eficiência das operações de segurança pública e na observância dos direitos humanos.

A relevância desta pesquisa se ancora na necessidade de alinhar teoria e prática dentro da norma. Frequentemente, observam-se discrepâncias entre a letra da lei e sua execução no campo operacional, o que pode resultar em desafios significativos tanto para os profissionais da segurança pública quanto para a sociedade em geral. Ao focalizar na aplicabilidade da legislação, esta pesquisa busca compreender as dinâmicas entre as normas legais e sua interpretação e implementação no dia a dia policial. Tal entendimento é crucial para identificar lacunas, incoerências ou desafios na aplicação das leis e propor melhorias que não somente elevem a eficiência operacional, mas também assegurem a aderência aos direitos humanos e aos princípios éticos fundamentais.

O problema de pesquisa identificado se concentra em entender como o Direito Militar é aplicado na rotina operacional da Polícia Militar de Goiás e quais são os impactos dessa aplicação. A questão central gira em torno da eficácia das operações de segurança pública e da observância dos direitos humanos, refletindo sobre como a teoria é traduzida em prática e quais são as consequências dessa transposição para a sociedade e para os próprios profissionais de segurança pública.

O objetivo geral deste estudo é, portanto, analisar de forma aprofundada a aplicabilidade do Direito Penal Militar na rotina operacional da Polícia Militar de Goiás. Essa análise inclui a avaliação dos impactos da aplicação dessas normas na eficiência das operações de segurança pública e na conformidade com os direitos humanos. O estudo busca identificar possíveis falhas ou desafios na implementação das normas legais, visando propor estratégias para aprimorar a aplicação dessa norma. Com isso, espera-se contribuir para o fortalecimento da legalidade, da

eficácia e da ética nas operações da Polícia Militar, culminando em benefícios tangíveis tanto para os profissionais envolvidos quanto para a comunidade em geral.

Este artigo, portanto, não apenas aborda uma questão acadêmica de relevância, mas também tem o potencial de impactar diretamente as práticas policiais e a percepção da sociedade sobre a Polícia Militar de Goiás, destacando-se como um estudo de valor prático e teórico para a área de segurança pública.

Nesse sentido é importante pontuar que, a pesquisa contribuirá significativamente para a Polícia Militar de Goiás de várias maneiras:

Ao identificar falhas e incoerências na aplicação da legislação, a pesquisa poderá sugerir melhorias nas práticas operacionais, aumentando a eficiência e eficácia das operações de segurança pública.

A pesquisa ajudará a assegurar que as operações da Polícia Militar estejam alinhadas com os princípios legais e éticos, fortalecendo a imagem da instituição perante a sociedade.

Ao focar na aderência aos direitos humanos, a pesquisa contribuirá para uma cultura de respeito e proteção dos direitos fundamentais, tanto no tratamento de civis quanto no ambiente interno da corporação.

Ao fornecer dados e análises fundamentadas, a pesquisa poderá influenciar políticas públicas relacionadas à segurança e à atuação policial militar, contribuindo para o desenvolvimento de estratégias mais eficazes e humanizadas na área de segurança pública.

Em resumo, este estudo não apenas preencherá uma lacuna acadêmica importante, mas também fornecerá ideias valiosas e práticas para a melhoria contínua das práticas da Polícia Militar de Goiás, com benefícios extensivos tanto para a corporação quanto para a sociedade que ela serve.

2 REVISÃO TEÓRICA

A segurança pública é um pilar fundamental para a estabilidade e o bem-estar social, especialmente em uma realidade tão dinâmica e desafiadora como a contemporânea.

No contexto da Polícia Militar de Goiás, ela se torna ainda mais significativa devido às características únicas da região, que incluem desafios geográficos, socioeconômicos e culturais específicos. O escopo deste artigo se concentra em explorar as estratégias, desafios e inovações na segurança pública, com ênfase especial na atuação da Polícia Militar de Goiás. Essa abordagem proporciona um entendimento mais profundo do papel vital que as forças de

segurança desempenham na manutenção da ordem, proteção da população e promoção da paz social em um ambiente em constante transformação.

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

A evolução das políticas e práticas de segurança pública reflete a adaptação contínua às mudanças sociais, tecnológicas e políticas. Globalmente, houve uma transição de abordagens mais reativas para estratégias proativas e baseadas em inteligência. Isso inclui a integração de tecnologias avançadas e a cooperação internacional no combate a ameaças transnacionais. (FEITOZA, 2018, p.02)

No Brasil, segundo Feitoza (2018), essa evolução é marcada por um fortalecimento das capacidades operacionais e de inteligência das forças policiais, juntamente com uma crescente conscientização sobre a importância dos direitos humanos e da polícia comunitária. A Polícia Militar de Goiás, especificamente, tem se adaptado a essas tendências, buscando equilibrar ações eficazes de repressão ao crime com iniciativas de prevenção e proximidade com a comunidade.

Os desafios atuais no campo da segurança pública são complexos e variados. O crime organizado continua sendo uma ameaça significativa, com suas redes extensas e sofisticadas. O terrorismo, embora menos prevalente no Brasil, exige vigilância constante devido à sua natureza imprevisível e potencialmente devastadora. A cibersegurança tornou-se um campo de atenção urgente, dada a crescente dependência da sociedade em tecnologias digitais e o aumento dos crimes cibernéticos.

Além disso, questões sociais e econômicas, como desigualdade, pobreza e desemprego, criam um ambiente propício para o surgimento e a perpetuação de atividades criminosas. A Polícia Militar de Goiás enfrenta o desafio de abordar essas questões dentro de seu contexto específico, adaptando estratégias nacionais e globais para atender às necessidades locais. (FEITOZA, 2018, p.04)

Para enfrentar esses desafios, a Polícia Militar de Goiás e outras forças de segurança têm implementado estratégias inovadoras. Isso inclui o uso de tecnologias avançadas para vigilância e investigação, programas de policiamento comunitário para construir confiança entre a polícia e a população, e iniciativas de educação e prevenção para combater as causas subjacentes do crime. Essas abordagens, segundo Feitoza (2018), requerem não apenas recursos e treinamento, mas também uma compreensão profunda das dinâmicas locais e um compromisso com a justiça e os direitos humanos. A segurança pública, portanto, não é apenas

uma questão de aplicação da lei, mas também de engajamento social e desenvolvimento comunitário.

ALBUQUERQUE (2014, p.12) analisa as implicações legais e práticas das mudanças introduzidas pelo Pacote Anticrime no Brasil, especialmente em relação às excludentes de ilicitude na atuação da Polícia Militar.

Essas mudanças, conforme Albuquerque (2014), podem incluir a análise de como a legislação afeta a atuação policial, particularmente em situações de confronto, e como isso se relaciona com os direitos humanos e a responsabilidade legal. Outrossim, o estudo aborda questões de interpretação e aplicação da lei, bem como seus impactos na segurança pública e nas relações entre a polícia e a comunidade.

Feldens (2014) explora como os direitos fundamentais influenciam o Direito Penal, oferecendo uma perspectiva crítica sobre como as normas constitucionais devem orientar as operações policiais, garantindo que as práticas de segurança pública estejam alinhadas com os princípios de direitos humanos. Essa abordagem é vital para entender como o cumprimento dos direitos fundamentais deve ser uma prioridade nas operações policiais, especialmente em um contexto onde a aplicação prática dessas normas enfrenta desafios significativos.

Por outro lado, Ferro Júnior (2018) discute a importância da inteligência e da gestão da informação dentro das forças policiais. Ele destaca como uma base de dados sólida e uma análise precisa podem melhorar a eficiência das operações policiais, enfatizando a necessidade de incorporar tecnologias avançadas e estratégias de inteligência para enfrentar desafios contemporâneos de maneira eficaz. Esta perspectiva complementa a discussão sobre os direitos fundamentais, mostrando como a integração de tecnologia e gestão de informações pode facilitar a implementação de operações que respeitam e promovem os direitos humanos.

A integração dessas abordagens teóricas destaca a evolução das práticas policiais em resposta às mudanças sociais, tecnológicas e legais. Feldens (2014) e Ferro Júnior (2018) fornecem um quadro robusto que ilustra a necessidade de uma evolução constante nas estratégias de segurança pública, garantindo que estas sejam eficazes e estejam em conformidade com os princípios éticos e legais. Esta discussão enriquece a compreensão das dinâmicas entre a teoria legal e a prática operacional, essencial para moldar as futuras diretrizes da Polícia Militar de Goiás em um ambiente em constante transformação.

3 METODOLOGIA

A metodologia deste estudo adotará uma abordagem qualitativa, visando uma compreensão aprofundada da aplicação dessa área do Direito na rotina operacional da Polícia Militar de Goiás. Esta abordagem é escolhida por sua adequação em explorar aspectos complexos e detalhados do Direito e de sua prática, que muitas vezes não são quantificáveis, mas que são ricos em significados e nuances.

Esta pesquisa envolverá uma análise extensiva de documentos legais, incluindo estatutos, regulamentos militares, jurisprudências e registros de casos. O objetivo é compreender a estrutura e o conteúdo do Direito Penal Militar, bem como identificar como ele é interpretado e aplicado em casos reais.

Nesse sentido, serão realizadas entrevistas com membros da Polícia Militar de Goiás, incluindo oficiais de diferentes patentes e funções. Estas entrevistas buscarão obter percepções internas sobre a aplicação da lei na prática, desafios enfrentados e possíveis áreas de melhoria.

A pesquisa incluirá uma revisão detalhada da literatura existente sobre a legislação, práticas policiais militares e estudos relevantes sobre a aplicação da lei em contextos militares.

O propósito central deste estudo é analisar a interação entre o Direito Penal Militar e as práticas operacionais da Polícia Militar. Isso envolve examinar como as leis e regulamentos do Direito Penal Militar influenciam as decisões e ações diárias dos policiais militares, e como essas práticas operacionais refletem a aderência aos princípios da hierarquia e disciplina militares. A pesquisa busca entender a dinâmica entre a teoria legal e a aplicação prática no contexto da segurança pública militar.

Além disso, optar por uma abordagem qualitativa utilizando técnicas de levantamento bibliográfico, análise documental e jurisprudencial é uma estratégia eficaz para aprofundar a compreensão da relação entre o Direito Penal Militar e as práticas operacionais da Polícia Militar. Esta abordagem envolve uma revisão extensa de literatura acadêmica, incluindo artigos, livros e estudos de caso relacionados ao ordenamento jurídico militar. Desse modo, a análise de documentos internos da Polícia Militar, como regulamentos e protocolos, e o estudo de casos jurisprudenciais relevantes fornecerão ideias valiosas sobre a aplicação prática das leis e normas em situações reais. Esta metodologia permitirá uma compreensão holística e detalhada das práticas e desafios enfrentados pela Polícia Militar no contexto da legislação vigente.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa proposta visa explorar a aplicabilidade do Direito Penal Militar na rotina operacional da Polícia Militar de Goiás, com o intuito de compreender os impactos dessa aplicação tanto na eficácia das operações de segurança pública quanto na observância dos direitos humanos. A questão central que motiva este estudo é a necessidade de entender como a teoria jurídica é traduzida em prática dentro da instituição policial, e quais são as consequências dessa transposição para a sociedade e para os próprios profissionais de segurança pública.

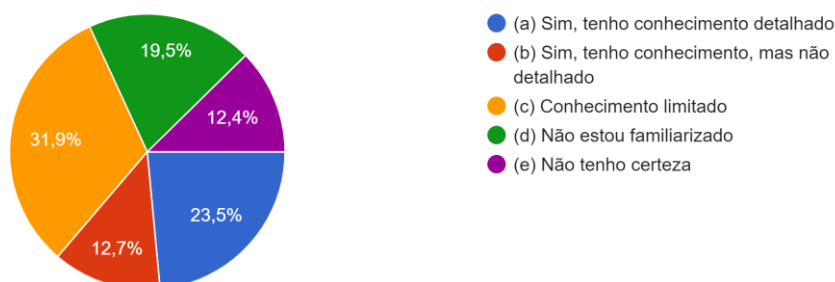
Para isso, foi desenvolvido e aplicado um questionário com quatro perguntas específicas. Este questionário foi aplicado a um público composto por 251 pessoas, compreendendo membros da Polícia Militar de Goiás, incluindo oficiais de diferentes postos e graduações.

O questionário foi projetado para avaliar o conhecimento e a percepção dos participantes sobre as normas do Direito e sua aplicação prática nas operações diárias da instituição. Além disso, buscou-se identificar possíveis desafios enfrentados pelos profissionais durante a implementação dessas normas e obter ideias sobre os impactos da aplicação do Direito na eficácia das operações de segurança pública e na observância dos direitos humanos.

Os dados coletados por meio deste questionário foram analisados de forma aprofundada, com o objetivo de fornecer informações valiosas para a pesquisa. Essas informações foram cruciais para compreender melhor o cenário da aplicação do Direito Penal Militar na Polícia Militar de Goiás e identificar áreas de melhoria que possam contribuir para o fortalecimento da legalidade, da eficácia e da ética nas operações policiais, resultando em benefícios tanto para os profissionais de segurança pública quanto para a comunidade em geral.

1 - Você possui conhecimento sobre as normas do Direito Penal Militar e sua aplicabilidade na rotina operacional da Polícia Militar de Goiás?

251 respostas



Fonte: O Autor (2024)

Analizando a primeira pergunta do questionário apresentado, que indaga sobre o conhecimento das normas do Direito Penal Militar e sua aplicabilidade na rotina operacional da Polícia Militar de Goiás, observamos que existe uma variedade de níveis de conhecimento entre os respondentes. Segundo o gráfico, 31,9% dos participantes afirmam ter conhecimento detalhado sobre o tema, enquanto 23,5% alegam ter conhecimento, mas não detalhado. Já um total de 32,6% dos inquiridos divididos entre 19,5% com conhecimento limitado e 12,7% que não estão familiarizados com o tema, sugere uma parcela significativa de profissionais que podem não estar plenamente cientes ou preparados para aplicar a norma em sua rotina de trabalho. Além disso, 12,4% não têm certeza sobre seu próprio nível de conhecimento.

Esses dados são cruciais para a pesquisa cujo objetivo é compreender como o Direito Penal Militar é aplicado na rotina operacional da corporação em questão e os impactos dessa aplicação. Uma vez que o conhecimento das normas é um pré-requisito para a sua correta aplicação, a falta de familiaridade de uma parte dos respondentes pode influenciar a eficácia das operações de segurança pública e a observância dos direitos humanos. O alto percentual de conhecimento detalhado ou pelo menos básico, contudo, é um indicativo positivo de que a maioria dos profissionais possui alguma compreensão das normas, o que é essencial para que a teoria seja traduzida em prática de maneira efetiva.

A pesquisa tem a intenção de analisar em profundidade como a aplicação do Direito Penal Militar afeta tanto a eficiência operacional quanto a conformidade com os direitos humanos. A diversidade nos níveis de conhecimento revelada pela pesquisa pode indicar áreas onde é necessária uma formação mais robusta ou atualizações nas diretrizes para garantir que a aplicação das leis seja feita de forma mais uniforme e eficaz.

Os resultados apontam para a necessidade de estratégias educacionais ou de treinamento que possam aumentar o conhecimento detalhado sobre o Direito Penal Militar entre os membros da Polícia Militar. Com isso, espera-se não apenas o fortalecimento da legalidade e ética nas operações policiais, mas também a garantia de que os direitos humanos sejam respeitados, resultando em um impacto positivo tanto para os profissionais de segurança quanto para a comunidade em geral. A partir daí, seria possível identificar falhas ou desafios na implementação das normas legais e propor ações corretivas que contribuiriam para a melhoria contínua da aplicação do Ordenamento jurídico militar na Polícia Militar de Goiás.

Conforme discutido por Bayley (2002), o entendimento das práticas policiais em um

contexto comparativo internacional sugere que o conhecimento e a aplicação adequados das normas jurídicas influenciam diretamente a eficácia e a legitimidade das operações policiais. Isso ressoa com as ideias apresentadas ao longo do texto, onde uma significativa porcentagem dos policiais reconhece a importância do Direito Penal Militar na promoção da eficiência operacional e no respeito aos direitos humanos.

Nesse aspecto, os resultados do questionário aplicado indicam que, embora a maioria dos policiais perceba um impacto positivo do Direito Penal Militar na eficiência das operações, ainda existe um segmento que enfrenta desafios na sua implementação. Esses desafios incluem a necessidade de treinamento contínuo e atualizações nas práticas legais para superar as lacunas na aplicação das normas.

4.1 A INFLUÊNCIA DO DIREITO PENAL MILITAR NA RELAÇÃO DE EFICIÊNCIA DAS OPERAÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA REALIZADAS PELA PMGO

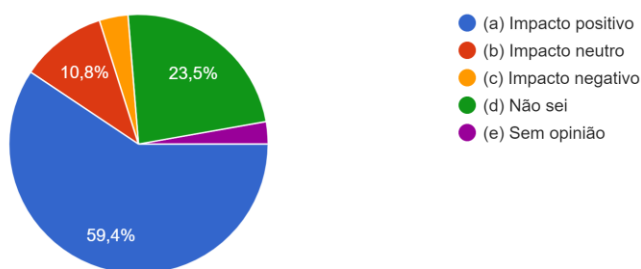
Uzeda (2013) discute em detalhes as especificidades do Direito Penal Militar, incluindo as implicações legais e práticas para os membros das forças armadas e policiais militares. Este corpo de lei é crucial para entender como as normas e regulamentos específicos ao contexto militar podem impactar as operações diárias das forças de segurança. A relevância desse entendimento é crítica, pois o Direito Penal Militar regula condutas que são particulares ao ambiente militar, oferecendo uma base legal para ações que podem ser necessárias durante o cumprimento do dever.

Nesse aspecto, percebe-se que o Direito Penal Militar não apenas dita a legalidade das ações empreendidas pelos militares, mas também influencia diretamente a eficiência e a eficácia dessas operações. As normas e leis especificadas no Direito Penal Militar são projetadas para garantir que a conduta dos militares esteja em linha com os objetivos de segurança pública, ao mesmo tempo em que protege os direitos dos indivíduos envolvidos, seja público ou pessoal militar.

Por conseguinte, a segunda pergunta do questionário busca avaliar a percepção dos respondentes sobre o impacto da aplicação da lei na eficiência das operações de segurança pública realizadas pela Polícia Militar de Goiás. De acordo com o gráfico fornecido, a maioria dos inquiridos (59,4%) acredita que a aplicação do Direito Penal Militar tem um impacto positivo nessas operações. Por outro lado, uma minoria considerável vê o impacto como neutro

(23,5%) ou negativo (10,8%). Ainda há uma parcela dos respondentes que não tem uma opinião formada ou não sabe (6,3%).

2 - Como a aplicação do Direito Penal Militar influencia a eficiência das operações de segurança pública realizadas pela Polícia Militar de Goiás?
251 respostas



Fonte: O Autor (2024)

Relacionando essa percepção com a primeira pergunta, que revela o nível de conhecimento sobre a Legislação castrense, pode-se inferir que a eficácia percebida das operações de segurança pública está, pelo menos em parte, relacionada ao entendimento que os membros da Polícia Militar têm dessas normas. Aqueles com conhecimento detalhado ou geral podem estar mais aptos a aplicar as normas de maneira que beneficie a execução das operações, refletindo-se no alto percentual que percebe um impacto positivo.

Contudo, é importante considerar que mesmo entre aqueles que têm um conhecimento limitado ou não estão familiarizados com a Normativa militar, não há uma percepção dominante de impacto negativo. Isso sugere que, independentemente do nível de conhecimento, a aplicação da Normativa militar pode ser vista como geralmente benéfica ou, pelo menos, não prejudicial às operações de segurança pública.

Essas informações são vitais para o objetivo da pesquisa de analisar a aplicabilidade do Direito Penal Militar e seus impactos na rotina operacional. O alto índice de percepção de impacto positivo pode indicar que, quando aplicado corretamente, o Direito Penal Militar contribui para operações mais eficientes e alinhadas aos princípios dos direitos humanos. A existência de um grupo que percebe um impacto negativo ou neutro, no entanto, não pode ser desconsiderada e poderia representar áreas que necessitam de melhorias na aplicação do Direito Penal Militar ou na formação dos policiais.

Em conjunto, as respostas a essas perguntas podem orientar a pesquisa para identificar as melhores práticas e os desafios na aplicação do Direito Penal Militar, com o intuito de propor soluções que maximizem a eficácia das operações de segurança pública e promovam a observância dos direitos humanos. Ao mesmo tempo, elas sugerem que a educação e o treinamento contínuos são fundamentais para garantir que todos os membros da Polícia Militar tenham o conhecimento necessário para aplicar o Direito Penal Militar de forma efetiva.

(ANDRADE, 2011, p. 17) discute os procedimentos e nuances do Direito Penal Militar, que é uma especialidade jurídica com regras e processos próprios, diferenciados do direito penal comum.

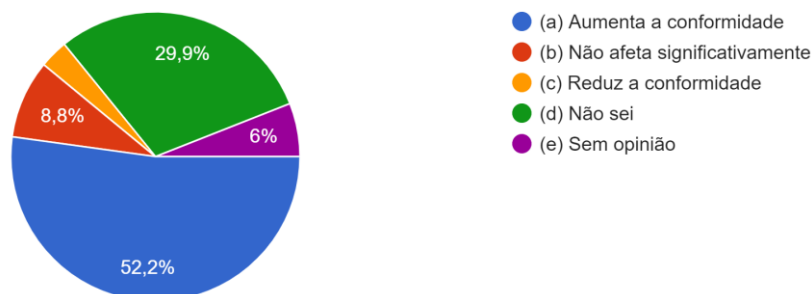
Ao considerar a percepção de que a maioria dos respondentes vê um impacto positivo na aplicação da Legislação castrense (conforme a segunda pergunta do questionário), pode-se inferir que a teoria e prática discutidas pelo autor acima podem estar bem implementadas na Polícia Militar de Goiás. A existência de um conhecimento detalhado entre uma parcela significativa dos inquiridos (conforme a primeira pergunta) sugere que a literatura especializada e a formação jurídica fornecem uma base sólida para uma aplicação eficaz do Direito Penal Militar que, por sua vez, se reflete na eficiência operacional percebida.

A terceira pergunta do questionário fornece dados sobre a percepção dos impactos da aplicação da Legislação castrense na conformidade com os direitos humanos pela Polícia Militar de Goiás. De acordo com o gráfico, a maioria dos respondentes (52,2%) percebe que a aplicação do Direito Penal Militar aumenta a conformidade com os direitos humanos. Uma porção menor (29,9%) acredita que não afeta significativamente, enquanto 8,8% sentem que reduz a conformidade. Há também um pequeno segmento (6%) que não tem certeza, e uma parcela (3,1%) que não possui opinião formada sobre o assunto.

Esses resultados, quando relacionados com as respostas das duas perguntas anteriores, fornecem um panorama mais claro sobre a aplicação do Direito Penal Militar na Polícia Militar de Goiás. A percepção de um impacto positivo na eficiência das operações de segurança pública e na conformidade com os direitos humanos sugere que o conhecimento e aplicação do Direito Penal Militar, conforme indicado na primeira pergunta, podem estar contribuindo para uma prática que respeita os princípios fundamentais dos direitos humanos.

3 - Em sua percepção, como a aplicação do Direito Penal Militar impacta a conformidade da Polícia Militar de Goiás com os direitos humanos?

251 respostas



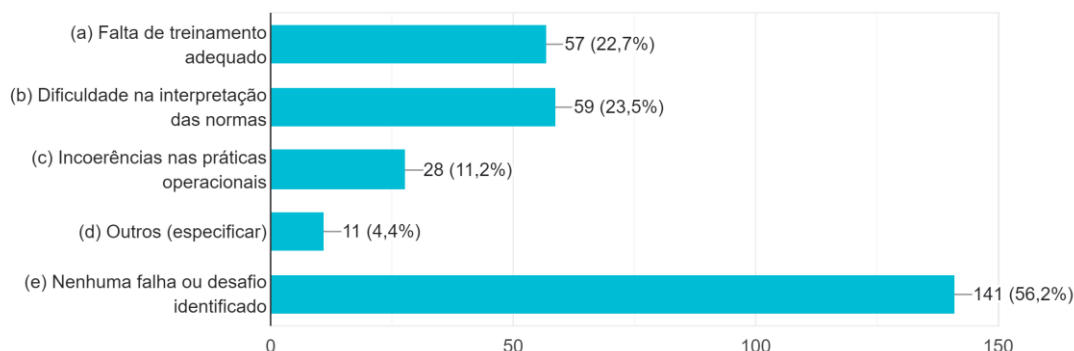
Fonte: O Autor (2024)

O dado de que mais da metade dos participantes veem um aumento na conformidade com os direitos humanos após a aplicação do Direito Penal Militar é particularmente relevante, uma vez que indica uma percepção geral de que as normas militares não só são compatíveis, mas também promovem os direitos humanos. Isso pode refletir um entendimento de que a Legislação castrense, quando aplicado corretamente, tem o potencial de reforçar o quadro de legalidade e ética dentro da instituição.

No entanto, a existência de um grupo que percebe uma redução ou nenhum impacto na conformidade com os direitos humanos indica que ainda há desafios a serem superados. Isso pode apontar para a necessidade de uma análise mais aprofundada sobre como as normas são interpretadas e aplicadas no cotidiano operacional, além da possível necessidade de reformas nas práticas ou na formação dos policiais militares.

4 - Quais falhas ou desafios você identifica na implementação do Direito Penal Militar na rotina operacional da Polícia Militar de Goiás? (Marque todas as opções que se aplicam)

251 respostas



Fonte: O Autor (2024)

A quarta pergunta do questionário foca em identificar as falhas ou desafios percebidos na implementação do Direito Penal Militar na rotina operacional da Polícia Militar de Goiás. De acordo com o gráfico apresentado, a maior parcela dos respondentes (56,2%) não identificou falhas ou desafios na implementação dessas normas. No entanto, há desafios significativos que foram notados pelos demais participantes.

A dificuldade na interpretação das normas é vista como um desafio por 23,5% dos respondentes, e a falta de treinamento adequado é apontada por 22,7%. Além disso, 11,2% mencionam incoerências nas práticas operacionais, e 4,4% citam outros desafios não especificados no gráfico.

Esses dados são importantes ao se considerar a percepção geral de que a aplicação da Normativa militar tem um impacto positivo nas operações de segurança pública e na conformidade com os direitos humanos, como indicado nas respostas das perguntas anteriores. A existência de um grupo considerável que identifica falhas e desafios sugere que, mesmo com a percepção positiva geral, existem áreas específicas que requerem atenção e melhoria.

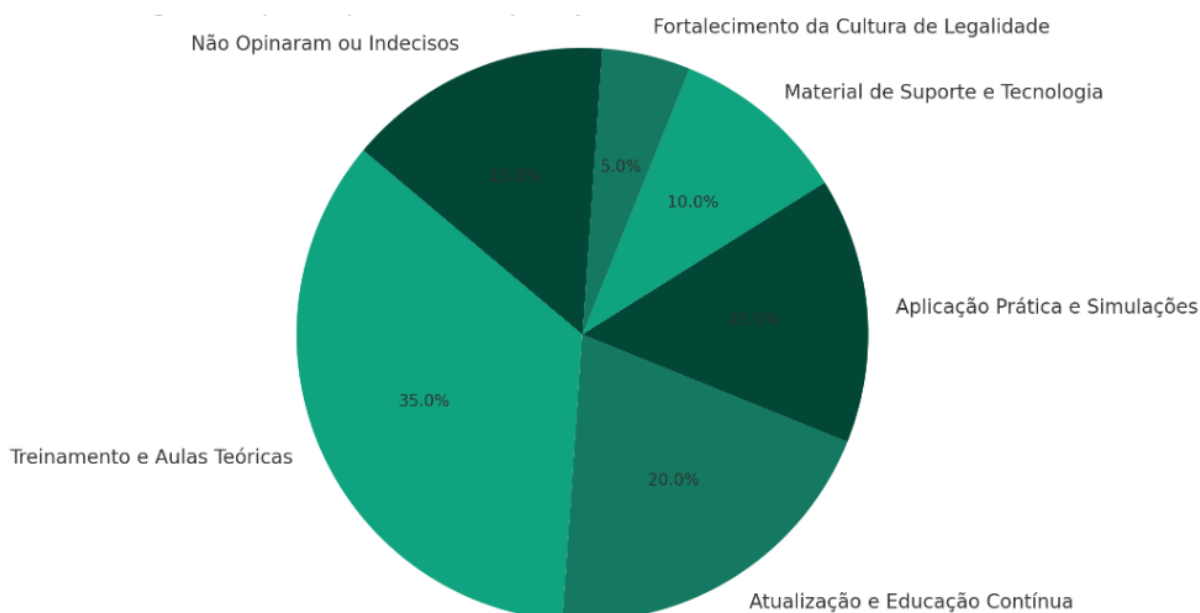
A última pergunta foi aberta, consistindo em colher sugestões, “5 - Que estratégias você sugere para aprimorar a aplicação da Normativa militar na rotina operacional da Polícia Militar de Goiás?”

Para aperfeiçoar a aplicação da Legislação castrense na rotina operacional da Polícia Militar de Goiás, é crucial adotar uma abordagem integral que integre estudo, teoria e prática.

Um programa de educação contínua deve ser estabelecido, oferecendo aulas teóricas e práticas regulares, complementadas por cursos periódicos e palestras. Isso ajudaria a manter os policiais atualizados com as leis e regulamentos mais recentes, além de fortalecer a aplicação prática do conhecimento adquirido.

As sugestões apresentadas pelos policiais vão desde a necessidade de atualização curricular nos cursos de formação e reciclagem, aumentando a carga horária dedicada ao Direito Penal Militar e cobrindo tanto os aspectos específicos dos crimes quanto os princípios gerais da lei. Isso garantiria que os policiais estivessem bem versados em todas as nuances necessárias para aplicar a lei de forma eficaz.

Gráfico 05 - Distribuição das sugestões feitas pelos membros da Polícia Militar de Goiás para aprimorar a aplicação do Direito Penal Militar em sua rotina operacional



Fonte: O Autor (2024)

Além disso, a teoria deve ser regularmente colocada em prática, talvez através de sessões de treinamento após os plantões, onde os policiais possam discutir experiências do dia a dia e como elas se relacionam com o Direito Penal Militar. Isso poderia ajudar a identificar qualquer desconexão entre o conhecimento teórico e a prática no campo.

As respostas coletadas do questionário sobre estratégias para aprimorar a aplicação do Direito Penal Militar na rotina operacional da Polícia Militar de Goiás revelam várias perspectivas importantes. A maioria, representando 35%, sugere um aumento significativo no treinamento e nas aulas teóricas. Essa sugestão destaca uma forte demanda por uma base

educacional mais robusta que capacite os oficiais a aplicar efetivamente as normas do Direito Penal Militar. Cerca de 20% das respostas enfatizam a necessidade de atualizações regulares e educação contínua, sublinhando a importância de manter os oficiais atualizados com as mudanças legais e as melhores práticas emergentes.

Adicionalmente, 15% das sugestões apontam para o valor das simulações e da prática real, como meios de melhor internalizar as leis e procedimentos. Isso indica um reconhecimento da importância de métodos práticos de aprendizado no campo da segurança pública. Outros 10% das respostas escolheram pela adoção de mais recursos tecnológicos e materiais de suporte que possam auxiliar os policiais durante suas operações, sugerindo uma inclinação para integrar soluções modernas no treinamento e na execução das leis.

Além disso, 5% das respostas ressaltam a necessidade de fortalecer a cultura de legalidade e ética dentro da força policial, um aspecto crucial para garantir a integridade e a eficácia das operações policiais. Por fim, 15% das entradas são de participantes que não expressaram uma opinião clara ou estavam indecisos, o que pode indicar uma falta de familiaridade com o tema ou a necessidade de mais informações antes de formular uma sugestão concreta. Essas várias respostas juntas formam um panorama de áreas focais para aprimorar a prática e a aplicação do Direito Penal Militar na Polícia Militar de Goiás, refletindo um amplo espectro de necessidades e prioridades educacionais e operacionais.

Um foco no aprimoramento técnico e legal, através de cursos específicos e a distribuição de material educativo atualizado, é essencial para manter os policiais informados sobre as mudanças legais e as melhores práticas. Políticas públicas e instruções normativas deveriam reforçar a importância do Direito Penal Militar na rotina operacional, e cursos anuais ou mesmo mais frequentes poderiam ser implementados para garantir que o conhecimento permaneça atualizado.

A criação de uma rotina de estudos que envolva revisões regulares da matéria, além de discussões e aplicação teórica, ajudaria a manter o Direito Penal Militar na vanguarda da educação policial. O feedback dos policiais sobre a aplicabilidade das leis no dia a dia deve ser incentivado para identificar desafios e áreas para melhoria.

É vital também que o treinamento teórico seja equilibrado com experiências práticas, permitindo que os policiais apliquem o que aprenderam em situações reais. Cursos de aprimoramento devem ser oferecidos, não apenas ensinando a lei, mas também suas atualizações e interpretações mais recentes.

Ao integrar todas essas estratégias e garantir que elas sejam regularmente avaliadas para eficácia, a Polícia Militar de Goiás poderá melhorar significativamente a aplicação do

Direito Penal Militar, o que poderia resultar em operações mais eficazes e um alinhamento mais forte com os direitos humanos. É fundamental que haja um compromisso contínuo com a educação e o treinamento para que as práticas legais dentro da instituição continuem a se desenvolver e melhorar.

É importante mencionar que a investigação sugere a implementação de programas educacionais robustos e atualizações constantes nas práticas legais, conforme recomendado por Bayley, 2002; Bittner, 2003. Estas estratégias poderiam contribuir significativamente para a melhoria da eficiência operacional e a promoção dos direitos humanos dentro da corporação. Isso reflete a complexa interação entre a teoria jurídica e a prática operacional, destacando a importância de alinhar esses dois aspectos para fortalecer a legalidade e a ética nas operações policiais.

5 CONCLUSÃO

Brito (1991) oferece uma perspectiva valiosa sobre como as práticas e estratégias da Polícia Militar de Goiás evoluíram ao longo do tempo, ressaltando as mudanças nas abordagens de segurança, que se deslocaram de métodos mais reativos para estratégias proativas e baseadas em inteligência. Este contexto histórico é essencial para entender os atuais paradigmas operacionais da Polícia Militar e as exigências contemporâneas de segurança pública.

Nesse viés, considerando esse contexto de evolução a investigação sobre a aplicação do Direito Penal Militar nas rotinas operacionais da Polícia Militar do Estado de Goiás revelou ideias significativas, destacando a intrincada relação entre os quadros legais e a eficiência operacional em contextos de segurança pública. A pesquisa examinou meticulosamente como o Direito Penal Militar é implementado, analisando seus efeitos na eficiência das operações de segurança pública e na aderência aos padrões de direitos humanos.

Os achados demonstram um impacto predominantemente positivo do Direito Penal Militar sobre a eficiência operacional, sugerindo que, quando aplicado adequadamente, o Direito Penal Militar não só promove a eficácia das operações, mas também garante a observância dos direitos humanos. Isso reflete a capacidade da legislação de servir como uma ferramenta essencial na condução das atividades policiais, alinhando práticas operacionais com princípios éticos e legais.

A presente pesquisa, dedicada a analisar a aplicabilidade do Direito Penal Militar na rotina operacional da Polícia Militar de Goiás,

revelou uma complexa interação entre teoria e prática, e suas implicações tanto para a eficiência operacional quanto para a observância dos direitos humanos. Ao investigar a percepção e o conhecimento dos membros da instituição sobre estas normas, identificamos desafios significativos, mas também oportunidades de fortalecimento da legalidade, da ética e da eficácia nas operações de segurança pública. A pesquisa alcançou seus objetivos ao destacar a importância da formação contínua e da atualização das práticas legais dentro da corporação. Ficou evidente que, embora exista um sólido conhecimento das normas do Direito Penal Militar entre os profissionais, a necessidade de atualização constante e de treinamento prático se mostra fundamental para superar os desafios encontrados na aplicação dessas normas.

Uma lição crucial extraída deste estudo é a constatação de que a efetividade na aplicação do Direito Penal Militar está intrinsecamente ligada ao grau de conhecimento e à capacidade de interpretação dessas normas pelos policiais. Isso sugere que a eficácia das operações de segurança pública e a garantia dos direitos humanos podem ser ampliadas por meio de estratégias educacionais focadas na compreensão e na aplicação prática do Direito. As recomendações para novos estudos se concentram na necessidade de explorar metodologias inovadoras de treinamento e atualização para os membros da Polícia Militar. Além disso, sugere-se a realização de pesquisas que investiguem o impacto de tais treinamentos na prática operacional e na cultura institucional, visando a promoção de uma segurança pública mais justa e alinhada aos princípios éticos e aos direitos humanos. Este estudo contribuiu para sensibilizar leitores e profissionais sobre a importância de alinhar teoria e prática na aplicação do Direito Penal Militar, sugerindo decisões urgentes e práticas coerentes para melhorar a segurança pública. Além disso, apresentou-se como um espaço para a livre expressão de ideias, fundamentais para o avanço do conhecimento na área. Em suma, o trabalho alcançou parcialmente seus objetivos propostos, abrindo caminho para futuras investigações que possam aprofundar o entendimento e aprimorar as práticas no campo da segurança pública, especialmente na Polícia Militar de Goiás. Fica, assim, o convite para que a academia, os profissionais de segurança e a sociedade continuem a dialogar e a construir conjuntamente soluções inovadoras e efetivas para os desafios encontrados nesse importante setor.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Eduardo José Cruz. **ASPECTOS GERAIS DO PACOTE ANTICRIME: ANÁLISES E IMPLICAÇÕES DO PARAGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 25 DO CÓDIGO PENAL E DAS EXCLUDENTES DE ILICITUDE RELACIONADOS A ATIVIDADE POLICIAL MILITAR.** 2014.

BAYLEY, David H. **Padrões de policiamento: uma análise comparativa internacional.** São Paulo: Edusp, 2002.

BITTNER, Egon. **Aspectos do trabalho policial.** 2.ed. São Paulo: Edusp, 2003.

BRITO, José Caetano de. **A evolução histórica da polícia militar de Goiás: uma proposta bibliográfica.** 1991. f. 160. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Academia de Polícia Militar de Goiás, Goiânia, 1991.

FEDERAL, Senado. **Constituição.** Brasília (DF), 1988.

FEITOZA, Denilson. **Direito Processual Penal: teoria, crítica e práxis.** 5. ed. rev., ampl., e atual. Niterói: Impetus, 2018.

FELDENS, Luciano. **Direitos fundamentais e Direito Penal a Constituição Penal.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2014.

FERRO JÚNIOR, Celso Moreira. **A Inteligência e a Gestão da Informação Policial.** Brasília/DF: Editora Fortium, 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar Projetos de Pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MILITAR, **Código Penal; DA APLICAÇÃO, DA LEI PENAL MILITAR.**

DECRETO-LEI Nº 1.001, DE 21 DE OUTUBRO DE 1969. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del1001.htm, 1969.

NEVES, Cícero Robson Coimbra. **Manual de direito processual penal militar.** São Paulo: Saraiva Educação SA, 2014.

SARAIVA, Alexandre José de Barros Leal. A “**índole do processo penal militar**” e seu **encontro necessário com os princípios constitucionais da Hierarquia e da Disciplina.** Revista do Ministério Público Militar, v. 47, n. 33, p. 65-103, 2020.

UZEDA, Marcelo. **Direito penal militar.** Salvador: JusPODIVM, 2013.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Título da Pesquisa: " DIREITO PENAL MILITAR E SUA APLICABILIDADE NA ROTINA OPERACIONAL DA POLÍCIA MILITAR "

Eu, reconheço que fui convidado(a) a participar da pesquisa intitulada " DIREITO PENAL MILITAR E SUA APLICABILIDADE NA ROTINA OPERACIONAL DA POLÍCIA MILITAR ", conduzida pelo especialista em segurança pública. Antes de decidir participar, eu li e compreendi as informações fornecidas neste Termo de Consentimento.

1. Objetivo da Pesquisa: O objetivo geral deste estudo é, portanto, analisar de forma aprofundada a aplicabilidade do Direito Penal Militar na rotina operacional da Polícia Militar de Goiás. Essa análise inclui a avaliação dos impactos da aplicação dessas normas na eficiência das operações de segurança pública e na conformidade com os direitos humanos. O estudo busca identificar possíveis falhas ou desafios na implementação das normas legais, visando propor estratégias para aprimorar a aplicação do Direito Penal Militar.

2. Procedimentos: Serei solicitado(a) a responder a um questionário contendo perguntas fechadas sobre a temática da pesquisa. O tempo estimado para conclusão é 5 minutos.

3. Confidencialidade: Minhas respostas serão mantidas em sigilo, e nenhuma informação que possa me identificar individualmente será divulgada. As informações coletadas serão utilizadas apenas para fins acadêmicos e de pesquisa.

4. Voluntariedade: Minha participação é voluntária, e tenho o direito de retirar meu consentimento a qualquer momento, sem sofrer qualquer penalidade ou consequência. Posso optar por não responder a qualquer pergunta que considerar desconfortável.

5. Uso dos Resultados: Entendo que os resultados da pesquisa podem ser publicados, mas permanecerão anônimos e não identificarão minha pessoa.

6. Consentimento: Ao concordar, expresso minha compreensão sobre os termos desta pesquisa e concordo voluntariamente em participar.

SIM, Concordo em participar da pesquisa.

NÃO, Não concordo em participar da pesquisa.

ANEXO A - FORMULÁRIO DE PESQUISA

1 - Você possui conhecimento sobre as normas do Direito Penal Militar e sua aplicabilidade na rotina operacional da Polícia Militar de Goiás?

*

- (a) Sim, tenho conhecimento detalhado
- (b) Sim, tenho conhecimento, mas não detalhado
- (c) Conhecimento limitado
- (d) Não estou familiarizado
- (e) Não tenho certeza

2 - Como a aplicação do Direito Penal Militar influencia a eficiência das operações de segurança pública realizadas pela Polícia Militar de Goiás?

*

- (a) Impacto positivo
- (b) Impacto neutro
- (c) Impacto negativo
- (d) Não sei
- (e) Sem opinião

3 - Em sua percepção, como a aplicação do Direito Penal Militar impacta a conformidade da Polícia Militar de Goiás com os direitos humanos?

*

- (a) Aumenta a conformidade
- (b) Não afeta significativamente
- (c) Reduz a conformidade
- (d) Não sei
- (e) Sem opinião

4 - Quais falhas ou desafios você identifica na implementação do Direito Penal Militar na rotina operacional da Polícia Militar de Goiás? (Marque todas as opções que se aplicam)

*

- (a) Falta de treinamento adequado
- (b) Dificuldade na interpretação das normas
- (c) Incoerências nas práticas operacionais
- (d) Outros (especificar)
- (e) Nenhuma falha ou desafio identificado

5 - Que estratégias você sugere para aprimorar a aplicação do Direito Penal Militar na rotina operacional da Polícia Militar de Goiás?

